



## O TERCEIRO SETOR NA ESCOLA PÚBLICA: as parcerias público-privadas

Liliane D. de SOUSA<sup>1</sup>; Sueli M. P. de OLIVEIRA<sup>2</sup>

### RESUMO

Tem sido fortemente discutida a entrada privatista no campo educacional que se faz presente no Brasil desde a década de 80 e as consequências para o campo. Este trabalho, que refere-se a uma revisão bibliográfica, pretende contribuir para as reflexões acerca da entrada da Parceria Público-Privada (PPP) nas escolas estaduais mineiras a partir das dimensões currículo e gestão escolar. Para isso utiliza-se como exemplos duas parcerias desenvolvidas no Estado de Minas Gerais: na dimensão do currículo, temos o Instituto de Corresponsabilização pela Educação (ICE), e na dimensão da gestão escolar, o Programa Jovem de Futuro. O primeiro abrange as escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), propedêutico e profissional, e o segundo é direcionado à gestão de escolas de ensino médio no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro. Conclui-se que, em ambos os casos, as PPPs têm participado ativamente na redefinição da função do Estado no âmbito do currículo e gestão escolar, deixando do seu papel como indutor de políticas socialmente orientadas.

**Palavras-chave:** Privatização da educação; ICE; Programa Jovem de Futuro.

### 1. INTRODUÇÃO

Para tentar alcançar a Meta 6 do Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014 –, que diz respeito à oferta “[...] de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (Brasil, 2014), muitos estados brasileiros têm repassado essa responsabilidade à iniciativa privada. Dessa forma, através da formação de Parceria Público-Privada (PPP)<sup>3</sup>, consolida-se a promoção do modelo empresarial de educação inserido em uma hegemonia neoliberal (Fonseca; Colares, 2022).

De acordo com Adrião (2018), a privatização da educação ocorre em várias dimensões, sendo elas: oferta educacional, currículo e gestão. O currículo não diz respeito apenas aos conteúdos ensinados no ambiente escolar, mas ao conjunto de experiências vividas pelos estudantes em seus aspectos formais e informais (Araújo, 2018). A escola nos ensina mediante os aspectos formais, com os conteúdos previstos em legislação e também mediante os aspectos informais, ou seja, através de aprendizagens implícitas nas relações estabelecidas dentro do ambiente escolar, este

1 Discente do Mestrado ProfEPT, IFSULDEMINAS – *Campus* Poços de Caldas. E-mail: liliane.sousa@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

2 Orientador, IFSULDEMINAS – *Campus* Muzambinho. E-mail: sueli.machado@ifsuldeminas.edu.br

3 Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

último denominado de currículo oculto (Silva, 2003).

As PPPs na educação pública trazem consigo vieses ideológicos de que a escolarização oferecida pelo Estado é deficitária, de má qualidade e incapaz de atender com qualidade o seu público-alvo. Sendo assim, há a responsabilização das escolas públicas pelos seus resultados, refletindo a lógica de mercado (Balduino, 2020). A transferência da responsabilidade pela educação pública de qualidade que seria originalmente do Estado para as empresas privadas é considerada dentro desse contexto como o caminho para a resolução de todos os problemas (Carvalho; De Faria Rodrigues, 2019).

O terceiro setor aparece então como uma alternativa para desvinculação e diminuição do papel do Estado nas políticas públicas educacionais através das PPPs estabelecidas, seguindo a lógica do público não-estatal. Através dessa lógica, a pedagogia da contestação é destituída para dar lugar à pedagogia da conformação determinada pelo pensamento hegemônico (Peroni; Oliveira; Fernandes, 2019).

Pretende-se, neste texto, contribuir para as reflexões acerca da entrada das PPPs na educação mineira, a partir das dimensões: currículo e gestão.

### **3. MATERIAL E MÉTODOS**

Esta pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa e de revisão bibliográfica de natureza exploratória. Parte-se do questionamento: qual é o papel das PPPs na redefinição da função do Estado no âmbito do currículo e gestão das escolas públicas? Buscou-se trazer especialmente as parcerias firmadas em Minas Gerais através da Secretaria de Estado de Educação/MG que têm como alvo o currículo das escolas estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral, propedêutico e profissional com a pareceria firmada com o Instituto de Corresponsabilização pela Educação (ICE), e a gestão das escolas de Ensino Médio com o programa Jovem de Futuro do Instituto Unibanco.

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na dimensão do currículo, desde o ano de 2017, temos a pareceria da Secretaria de Estado de Educação com o ICE, através da implantação do modelo pedagógico adotado por toda a Rede Estadual de Educação para as escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, nos formatos propedêutico e profissional. Em sua definição de currículo, o ICE preconiza que os professores atuem com metodologias de êxito através de disciplinas como: Projeto de Vida, Eletivas, Estudos Orientados, Pós-Médio, Práticas Experimentais, Pensamento Científico e Protagonismo. Para que essa implantação ocorresse de forma efetiva, realizou-se diversas formações com os professores e gestores, responsáveis por efetivar tal sistemática nas escolas públicas, sendo disponibilizados cadernos pedagógicos com descrição de cada uma dessas novas disciplinas e a forma como elas

deveriam ser trabalhadas ( Instituto Unibanco 2023).

Essas novas disciplinas estão permeadas por um viés ideológico que visando a formação do ser individual, empreendedor, competitivo e voltado para o mercado de trabalho. Docentes e gestores tornam-se tarefeiros e não artífices de sua própria prática. Assim, reforça-se a ideologia hegemônica neoliberal que, segundo Althusser (1987), pode ser usada como forma de perpetuação e manutenção do poder. Nas palavras de Fonseca e Colares (2022, p.541), “O neoliberalismo, com sua agenda que se espria desde os aspectos puramente econômicos até as formas mais elementares da subjetividade e da sociabilidade dos indivíduos, apresenta-se como uma manifestação direta dessa crise [estrutural do capital].

Já na dimensão da gestão, temos em Minas Gerais o programa Jovem de Futuro, em parceria com o Instituto Unibanco. As ações desse programa são estruturadas em cinco eixos, articulados através do Circuito de Gestão (CdG): governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento. Esse método é baseado na metodologia do ciclo PDCA, em inglês (Plan, Do, Check e Act), que traduzido seria: planejar, executar, checar e atuar ou ajustar. A metodologia de ciclo é composta por 4 etapas: o planejamento, a execução, a sistemática de monitoramento e avaliação de resultados e, por fim, a correção de rotas. É disponibilizado para as escolas uma plataforma *on-line* chamada Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação (SIGAE), na qual as escolas inserem nesse sistema seu plano de ação educacional para todo o ano letivo. Esse plano de ação é feito mediante os objetivos estratégicos escolhidos pela escola, de acordo com sua realidade. São realizadas reuniões periódicas com a gestão escolar e inseridas atas dessas reuniões no próprio sistema SIGAE, permitindo assim um monitoramento em tempo real pelo Instituto Unibanco, das ações realizadas pela gestão escolar ( Instituto Unibanco, 2023).

## **5. CONCLUSÃO**

Percebe-se que o terceiro setor se faz presente nas escolas públicas estaduais mineiras mediante a relação de PPPs. Com isso, o Estado modifica cada vez mais sua função como criador, gestor e avaliador das políticas públicas educacionais, repassando recursos públicos ao setor privado em setores essenciais à população, como é o caso da educação. Entram em cena na educação, fortalecidas pelas PPPs, ações de caráter neoliberal como a competitividade, a meritocracia e a responsabilização. O currículo escolar e a gestão são aspectos fundamentais para a definição da ideologia presente nas práticas educacionais, pois se referem a aspectos políticos carregados de intencionalidade. Deve-se refletir, portanto, sobre a qual público pertence o ganho real com essas parcerias estabelecidas: alunos, professores e gestores das escolas estaduais mineiras ou as instituições privadas?

## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, [s.l.], v. 18, p. 8-28, 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2023.
- ARAÚJO, Viviane Patrícia Colloca. O conceito de currículo oculto e a formação docente. **Revista de estudos aplicados em educação**, v. 3, n. 6, 2018.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BALDUINO, Maria Aparecida Canale. Programa Jovem de Futuro: uma tecnologia educacional do terceiro setor. **Interações** (Campo Grande), v. 21, n. 2, p. 233–243, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/dgs4xNrjsd4GMfBjxMswVWy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2023.
- BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. -Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira; DE FARIAS RODRIGUES, Raphaela Barbosa. Gerencialismo privado na educação pública: o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) na Paraíba. **Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias**, p. 4261-4274, 2019.
- FONSECA, André Dionei; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Privatização da educação: uma proposta de reflexão para além do capital. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 14, n. 2, p. 528-544, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45683>. Acesso em: 06 ago. 2023.
- INSTITUTO UNIBANCO. **Jovem de Futuro**. 2023. Disponível em: [https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/?gclid=EAIaIQobChMI8sK7i9nIgAMVSuZcCh3NhWMBEAAYASAAEgLr5PD\\_BwE](https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/?gclid=EAIaIQobChMI8sK7i9nIgAMVSuZcCh3NhWMBEAAYASAAEgLr5PD_BwE). Acesso em: 06 ago. 2023.
- PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 761-778, 2009.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.